

## **CONCURSO PÚBLICO**

**PRC\_080/2025**  
**ACORDO QUADRO SINGULAR**

**EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS NOS MUNICÍPIOS DE PAREDES  
DE COURA, VALENÇA E VILA NOVA DE CERVEIRA**

### **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**2025**

## CONCURSO PÚBLICO

### ÍNDICE

<i>Artigo 1.º Objeto</i>	3
<i>Artigo 2.º Entidade adjudicante</i>	4
<i>Artigo 3.º Documentos do procedimento e plataforma eletrónica</i>	4
<i>Artigo 4.º Consulta do processo</i>	5
<i>Artigo 5.º Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais</i>	5
<i>Artigo 6.º Visitas às instalações</i>	6
<i>Artigo 7.º Proposta</i>	6
<i>Artigo 8.º Propostas variantes</i>	8
<i>Artigo 9.º Prazo para apresentação das propostas</i>	8
<i>Artigo 10.º Modo de apresentação das propostas</i>	8
<i>Artigo 11.º Abertura das propostas</i>	9
<i>Artigo 12.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta</i>	9
<i>Artigo 13.º Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes</i>	10
<i>Artigo 14.º Critério de adjudicação e critério de desempate</i>	10
<i>Artigo 15.º Relatório preliminar</i>	11
<i>Artigo 16.º Relatório final</i>	12
<i>Artigo 17.º Adjudicação</i>	12
<i>Artigo 18.º Documentos de habilitação</i>	13
<i>Artigo 19.º Caução</i>	16
<i>Artigo 20.º Caducidade da adjudicação</i>	17
<i>Artigo 21.º Minuta do contrato</i>	17
<i>Artigo 22.º Celebração do contrato</i>	18
<i>Artigo 23.º Direito de Opção</i>	18
<i>Artigo 24.º Celebração de contratos ao abrigo de Acordo-Quadro</i>	19
<i>Artigo 25.º Encargos</i>	20
<i>Artigo 26.º Dados pessoais</i>	20
<i>Artigo 27.º Legislação aplicável</i>	21
<b>ANEXOS</b>	<b>22</b>
ANEXO I	23
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	23
ANEXO II.A MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO	24
ANEXO II.B MODELO DE LISTA PREÇOS UNITÁRIOS	25
ANEXO III MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO	26
ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	27
ANEXO V MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO	28
ANEXO VI DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	32
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO PARA FORNECEDORES DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.	34
ANEXO VIII IDENTIFICAÇÃO DE(AS) PESSOA(S) PARA OUTORGA DO CONTRATO	35
ANEXO IX IDENTIFICAÇÃO DE(AS) PESSOA(S) PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÕES ESCRITAS	36
ANEXO X QUANTIDADES A CONSIDERAR PARA AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO	37

## **Artigo 1.º**

### **Objeto**

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de Acordo Quadro singular para a execução de ramais de abastecimento de água e de águas residuais nos municípios de Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira (PRC-080/2025), no âmbito do Sistema de Águas do Alto Minho, a celebrar nos termos do disposto na alínea a), do n.º I do artigo 252.º do CCP.
2. O presente Acordo Quadro, que se materializa em contratos de opção, será singular nos termos do disposto na alínea a), do número I, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado CCP), e terá por objeto a atribuição do direito de celebrar, com um único cocontratante, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas.
3. Os contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas a celebrar ao abrigo dos acordos quadro terão por objeto a execução de ramais de abastecimento de água e de águas residuais, e implicarão a execução do tipo de trabalhos previstos no acordo quadro.
4. As empreitadas a adjudicar ao abrigo do acordo quadro, nos termos do disposto no artigo 258.º do CCP, integrarão, cada uma delas, a totalidade ou parte dos trabalhos tipificados no Anexo X ao presente programa do procedimento, nas quantidades que vierem a ser medidas e previamente identificadas e por aplicação dos preços unitários inscritos nas propostas dos adjudicatários.
5. O concurso público compreende 3 lotes, sendo admitidas propostas para todos, submetidas também separadamente por lote:
  - Lote 1 - Município de Paredes de Coura;
  - Lote 2 - Município de Valença;
  - Lote 3 - Município de Vila Nova de Cerveira;

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

1. O presente concurso público é promovido pela ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A., com sede na Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, 4904-878 Viana do Castelo, na união de freguesias de Santa Maria Maior, Meadela e Monserrate, do concelho de Viana do Castelo, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 258 806 900,

Fax: +351 258 806 990,

Correio Eletrónico: [geral.adam@adp.pt](mailto:geral.adam@adp.pt)

2. A decisão de contratar foi tomada pela Vice-Presidente do Conselho de Administração da empresa no dia 07/07/2025, sujeita a ratificação do Conselho de Administração.

## **Artigo 3.º**

### **Documentos do procedimento e plataforma eletrónica**

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) Anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
  - b) Programa de Procedimento, que inclui 10 (dez) anexos;
  - c) Caderno de Encargos, que inclui 5 (cinco) anexos.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.
3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.

4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

#### **Artigo 4.º**

##### **Consulta do processo**

O processo relativo ao presente concurso público pode ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma identificada no n.º 2 do artigo anterior.

#### **Artigo 5.º**

##### **Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **18:00:00 horas do dia 18/07/2025**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **18:00:00 horas do dia 28/07/2025**:
  - a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

### **Artigo 6.º**

#### **Visitas às instalações**

Não aplicável

### **Artigo 7.º**

#### **Proposta**

- I. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento;

- b) Documentos que, em função do objeto do acordo quadro a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
    - b1) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas, em conformidade com o modelo de Lista de Preços disponibilizado pela Entidade Adjudicante, que constitui o **ANEXO II.B** do presente Programa do Procedimento. No caso de divergência entre a lista preenchida pelo Concorrente na plataforma eletrónica e o presente documento da proposta, prevalecerá este último.
    - b2) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II.A** deste Programa do Procedimento
  - c) Documento descrevendo a Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e Responsabilidade Social que propõe implementar na obra em apreço.
  - d) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no **ANEXO III** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante (Acordo – Promessa de Constituição);
  - e) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
  - f) Curriculum vitae dos elementos mínimos definido no ponto 14.1.2 do Caderno de encargos.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea *b*) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
3. O preço da proposta, apresentada por Lote será expresso em euros, **com duas casas decimais** e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

4. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados no n.º 5 do artigo 1.º, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### **Artigo 8.º**

#### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 9.º**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do artigo 2.º do presente Programa de Procedimento, até às **18:00:00 horas do dia 07/08/2025**.

### **Artigo 10.º**

#### **Modo de apresentação das propostas**

- I. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º do presente Programa de Procedimento, devendo individualmente ser assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compressão que contenham mais do que um dos documentos exigidos.



2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de exclusão da proposta, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## **Artigo 11.º**

### **Abertura das propostas**

A abertura e disponibilização das propostas ocorrerá a partir das 10 h do dia útil seguinte à data-limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica referida no artigo 2.º deste Programa do Procedimento.

## **Artigo 12.º**

### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das

propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 90 dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

### **Artigo 13.º**

#### **Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes**

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

### **Artigo 14.º**

#### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo.
2. O valor final para efeitos de ordenação das propostas para cada lote será o correspondente à média ponderada dos preços, calculado pela afetação das quantidades indicadas no **ANEXO X** do programa do procedimento para cada tipo de trabalhos ao respetivo preço unitário da proposta.
3. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até às 9 casas decimais, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, será considerada a proposta com o mais baixo preço unitário, arredondado às duas casas decimais, proposto para as componentes do fornecimento compreendidas nos artigos

seguintes, constantes da lista de preços unitários: 1º artigo CC.01.1.1, 2º artigo CC.02.1.2, 3º artigo CC.01.1.4.

4. Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
- i) O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
  - ii) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, dos termos aplicáveis à realização do sorteio;
  - iii) A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

## **Artigo 15.º**

### **Relatório preliminar**

I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
- c) Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
- d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;

- e) Que não apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
  - f) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
  - g) Que sejam apresentadas como variantes;
  - h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - i) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (*cinco*) dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

## **Artigo 16.º**

### **Relatório final**

- 1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.
- 2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

## **Artigo 17.º**

### **Adjudicação**

- 1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no 18.º do presente Programa de Procedimento;
  - b) Prestar caução em conformidade com o disposto no n.º I do artigo 19º do Programa de Procedimento;
  - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
  - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

### **Artigo 18.º**

#### **Documentos de habilitação**

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

- e) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
- f) Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, contendo as seguintes habilitações:

- a. 6.<sup>a</sup> subcategoria da 2.<sup>a</sup> categoria

**2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:**

- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Os documentos de habilitação previstos na alínea g) do n.º I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.

- 2. O adjudicatário deve apresentar cópia dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica identificada no artigo 3.º.
- 3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º I se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt).
- 5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 7. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja

imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

8. O prazo fixado no n.º I do presente artigo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
  - a) A identificação do (s) responsável(is) pela Direção de Obra no âmbito dos contratos optativos, acompanhada pelo(s) respetivo(s) Termo(s) de responsabilidade por este(s) subscrito;
  - b) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido, respeitante ao Diretor de Obra, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
  - c) Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, do(s) Diretor(es) de Obra;
  - d) Comprovativo e número de inscrição em organismo ou associação profissional, quando aplicável;
  - e) Comprovativos da qualificação do(s) técnico(s) designado(s) para as funções de Diretor de Obra, através do Sistema Eletrónico de Reconhecimento de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão a que se refere o artigo 51.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro.
  - f) Declaração de Responsabilidade Social, conforme modelo apresentado no **ANEXO VI** deste Programa do Procedimento;
  - g) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Alto Minho, S.A., em <http://www.adam.pt>, conforme modelo apresentado no **ANEXO VII** deste Programa do Procedimento;

- h) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea c) do número 22.1, conforme modelo apresentado no **ANEXO VIII** deste Programa do Procedimento;
- i) Declaração em que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e email para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo IX** deste Programa do Procedimento.

### **Artigo 19.º**

#### **Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais.
3. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos constantes do **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante do presente Programa do Procedimento.
4. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono da Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
5. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de



valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.

## **Artigo 20.º**

### **Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
  - a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação de acordo com o n.º 8 do artigo 18.º;
  - b) Não prestar a caução nos termos exigidos no 19.º;
  - c) Não confirmar os compromissos no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos exigidos no número 1 do artigo 18.º do artigo do presente procedimento.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

## **Artigo 21.º**

### **Minuta do contrato**

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.

3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
5. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Conselho de Administração notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

## **Artigo 22.º**

### **Celebração do contrato**

1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. No caso referido no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada, devendo a adjudicação ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

## **Artigo 23.º**

### **Direito de Opção**

- I. Com a celebração do acordo quadro (contrato de opção), o adjudicatário atribuirá gratuitamente à entidade adjudicante, o direito de esta determinar a

celebração de múltiplos contratos de empreitadas de obras públicas (contratos optativos).

2. Ficará na exclusiva disponibilidade da entidade adjudicante exercer o direito de opção a que se alude no n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos de empreitadas de obras públicas.
3. O exercício do direito de opção pela entidade adjudicante, nos termos previstos no caderno de encargos, determina ipso facto a conclusão de cada contrato (optativo) de empreitada de obras públicas.
4. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral da entidade adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 24.º**

### **Celebração de contratos ao abrigo de Acordo-Quadro**

1. A celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.
2. Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que expressamente se ressalva.
3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerá à disciplina prevista no Caderno de Encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 25.º**

### **Encargos**

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as relativas à prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do contrato.

## **Artigo 26.º**

### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.adam@ADP.PT](mailto:dpo.adam@ADP.PT) ou da morada Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156 | 4904-878 Viana do Castelo.

## **Artigo 27.º**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

*(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 7.º)*

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá preencher o DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

## **ANEXO II.A**

### **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO**

*(a que se refere a alínea c) do n.º I do art. 7.º)*

F \_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), \_\_\_\_\_ (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações \_\_\_\_\_ (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do acordo quadro denominado “ \_\_\_\_\_”, a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, obriga(m)-se a executar todos os trabalhos que lhe forem adjudicados no âmbito do dito acordo quadro, em conformidade com o Caderno de Encargos e de acordo com os preços unitários propostos na Lista de Preços Unitários do Anexo II.B, até ao limite do preço base.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



**ANEXO II.B**  
**MODELO DE LISTA PREÇOS UNITÁRIOS**  
*(a que se refere a alínea c) do n.º I do art. 7.º)*

### ANEXO III

#### MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea d) do n.º I do art. 7.º)

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para a empreitada de execução “\_\_\_\_\_” e nos termos da alínea d) do n.º I do art. 7.º do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) <sup>(a)</sup>

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... representará a associação perante a ..... (designação da empresa que lançou o concurso) devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante o Dono da Obra. responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário) <sup>(b)</sup>

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela ..... (designação da empresa que lançou o concurso) a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

*(a que se refere a alínea a) do n.º I do art. 18.º)*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do **CONCURSO PÚBLICO [•]**, lançado [•], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

**ANEXO V**  
**MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA**  
**BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO**

(a que se refere o n.º 3 do artigo 19.º)

**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

*O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da [•], mediante guia do seguinte modelo<sup>1</sup>:*

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos do art. 19.º do Programa de Procedimento do concurso público [•] à ordem da [•].

*Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*

---

<sup>1</sup> A caução pode ser prestada na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, à ordem da Águas do Alto Minho, S.A., na seguinte conta bancária:

Conta nº	IBAN	SWIFT/BIC
91120000464	PT50 0781 0112 9112 0000 4644 7	IGCPPTPL

## MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [•]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público [•], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da [•], até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no art. 19.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [•] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

*Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*

## MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no art. 19.º do Programa de Procedimento do concurso público [•], a favor da [•], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

*Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

*(a que se refere a alínea f) do n.º 9 do art. 18.º)*

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.



- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Alto Minho, S.A. venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a Águas do Alto Minho, S.A. de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO PARA**  
**FORNECEDORES DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.**

*(a que se refere a alínea g) do n.º 9 do art. 18.º)*

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público sem publicidade internacional para formação do contrato denominado “\_\_\_\_\_”, declara que teve conhecimento do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho, S.A., contendo as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de cumprir integralmente com os procedimentos constantes no referido Regulamento para Fornecedores.

Data: ..../..../.....

O Representante,

(\_\_\_\_\_)

**ANEXO VIII**  
**IDENTIFICAÇÃO DE(AS) PESSOA(S) PARA OUTORGA DO**  
**CONTRATO**

*(a que se refere a alínea h) do n.º 9 do art. 18.º)*

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato denominado “\_\_\_\_\_”, declara que a(s) pessoa(s) que irá representar a adjudicatária na assinatura do contrato é o(a) Sr.(ª) ....., titular do cartão de cidadão com o n.º ....., válido até ao dia .... / ... / ....., na qualidade de ..... e com poderes para obrigar a adjudicatária, conforme se pode verificar pela..... (certidão permanente, procuração, etc) entregue / a entregar no âmbito do presente procedimento.

..... (local), ..... (data), .....

.....

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

**ANEXO IX**  
**IDENTIFICAÇÃO DE(AS) PESSOA(S) PARA EFEITOS DE**  
**COMUNICAÇÕES ESCRITAS**

*(a que se refere a alínea i) do n.º 9 do art. 18.º)*

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público sem publicidade internacional para formação do contrato denominado “\_\_\_\_\_”, indica para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato a(o) Sr.(ª) ....., com domicílio profissional ou residente na Rua....., .....- ..... , freguesia de ....., concelho de ....., n.º telefax ..... e com endereço de email .....

..... (local), ..... (data), .....

.....

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

## ANEXO X

### QUANTIDADES A CONSIDERAR PARA AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
DV.01	ESTALEIRO			
DV.01.1	Montagem de estaleiro, de acordo com o artigo 350.º do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, principal, secundário ou qualquer outra instalação provisória de apoio à execução dos trabalhos, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, esgotos, eletricidade e de meios de comunicação, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem e construção dos mesmos para o conjunto dos trabalhos incluídos nas empreitadas, bem como limpeza, vedação e sinalização, regularização de terrenos e limpeza de entulhos, de acordo com as diversas peças do projeto de execução.		VG	1
DV.01.2	Desmontagem de estaleiro, de acordo com o artigo 350.º do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, principal, secundário ou qualquer outra instalação provisória de apoio à execução dos trabalhos, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, esgotos, eletricidade e de meios de comunicação, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem e construção dos mesmos para o conjunto dos trabalhos incluídos nas empreitadas, bem como limpeza, vedação e sinalização, regularização de terrenos e limpeza de entulhos, de acordo com as diversas peças do projeto de execução.		VG	1
DV.01.3	Manutenção global do estaleiro durante a execução dos trabalhos da empreitada.		VG	1
CC	CONSTRUÇÃO CIVIL			
CC.01	RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.01.1	Execução de ramal de ligação, completo, até 5,00 m de extensão, com fornecimento e colocação de tubagem em PEAD PN10, incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia, conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AA_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, válvula de seccionamento em FFD enterrada no troço do ramal, com haste e tubo de proteção em PVC, cabeça móvel, abraçadeira de carga em FFD, válvula de seccionamento em FFD e todos os acessórios e todos os trabalhos e materiais necessários: Notas: Caso não exista caixa de contador, deve ser considerada uma "ponta" de ramal com 1 m de comprimento, acima do terreno, devidamente tamponada. Caso o "roço" para a caixa de contador esteja já aberto no muro a ponta sobranter deverá ser colocada no interior do mesmo.			
CC.01.1.1	DN 32 mm (1")		UN	108
CC.01.1.2	DN 50 mm (1½")		UN	6
CC.01.1.3	DN 63 mm (2")		UN	20
CC.01.1.4	ramais com L > 5 MTS extra por metro a mais de vala A SOMAR AO ANTERIOR			
CC.01.1.4.1	DN 32 mm (1")		M	50
CC.01.1.4.2	DN 50 mm (1½")		M	8
CC.01.1.4.3	DN 63 mm (2")		M	10
CC.01.2	Execução de ramal de ligação, completo, até 5,00 m de extensão, com fornecimento e colocação de tubagem em PEAD PN10, incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia, conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AA_02, AdAM_AA_06, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, válvula de seccionamento em FFD enterrada no troço do ramal, com haste e tubo de proteção em PVC, cabeça móvel, tê flangeado em FFD com stubends, cones de redução, flanges e todos os acessórios e todos os trabalhos e materiais necessários: Notas: Caso não exista caixa de contador, deve ser considerada uma "ponta" de ramal com 1 m de comprimento, acima do terreno, devidamente tamponada. Caso o "roço" para a caixa de contador esteja já aberto no muro a ponta sobranter deverá ser colocada no interior do mesmo.			
CC.01.2.1	DN 90 mm		UN	10
CC.01.2.2	DN 110 mm		UN	8
CC.01.2.3	DN 125 mm		UN	2
CC.01.2.4	DN 160 mm		UN	5
CC.01.2.5	DN 200 mm		UN	2

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.01.2.6	ramais com L > 5 MTS extra por metro a mais de vala A SOMAR AO ANTERIOR			
CC.01.2.6.1	DN 90 mm		M	40
CC.01.2.6.2	DN 110 mm		M	20
CC.01.2.6.3	DN 125 mm		M	10
CC.01.2.6.4	DN 160 mm		M	20
CC.01.2.6.5	DN 200 mm		M	20
CC.01.3	Execução de ligação de ramal de existente com prolongamento de tubagem entre 0,5 m até 3,00 m de extensão, com fornecimento e colocação de tubagem em PEAD PN10, ligação à coluna de alimentação incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia, conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AA_03, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, incluindo válvula de seccionamento em FFD, acessórios e todos os trabalhos e materiais necessários: Notas: Caso não exista caixa de contador, deve ser considerada uma "ponta" de ramal com 1 m de comprimento, acima do terreno, devidamente tamponada. Caso o "roço" para a caixa de contador esteja já aberto no muro a ponta sobranete deverá ser colocada no interior do mesmo.			
CC.01.3.1	DN 32 mm (1")		UN	20
CC.01.3.2	DN 50 mm (1½")		UN	20
CC.01.3.3	DN 63 mm (2")		UN	20
CC.01.4	Execução de ligação de ramal de existente com prolongamento de tubagem até 0,5 m de extensão, com fornecimento e colocação de tubagem em PEAD PN10, ligação à coluna de alimentação incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AA_04, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02: Notas: Caso não exista caixa de contador, deve ser considerada uma "ponta" de ramal com 1 m de comprimento, acima do terreno, devidamente tamponada. Caso o "roço" para a caixa de contador esteja já aberto no muro a ponta sobranete deverá ser colocada no interior do mesmo.			
CC.01.4.1	DN 32 mm (1")		UN	20
CC.01.4.2	DN 50 mm (1½")		UN	20
CC.01.4.3	DN 63 mm (2")		UN	20

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.01.5	REDE (extensão até 100 ml): Fornecimento e montagem em linha de tubagens em PEAD (MRS100), classe de pressão mínima PN 16, com juntas soldadas topo a topo ou eletrossoldadura, incluindo levantamento e reposição de pavimentos provisória, movimento de terras e a ligação à rede pública assim como todos os acessórios necessários, a realizar em perfeitas condições de limpeza e humidade, de acordo com o desenho técnico AdAM_AA_05, AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02:			
CC.01.5.1	DN 63 mm		m	500
CC.01.5.2	DN 75 mm		m	50
CC.01.5.3	DN 90 mm		m	200
CC.01.5.4	DN 110 mm		m	200
CC.01.5.5	DN 125 mm		m	50
CC.01.5.6	DN 140 mm		m	20
CC.01.5.7	DN 160 mm		m	50
CC.01.5.8	DN 200 mm		m	50
CC.01.6	Acessórios em Nós - Fornecimento e montagem de acessórios, classe de pressão mínima PN 16, de acordo com o desenho do mapa de nós, incluindo acessórios (parafusos, vedantes, etc.) incluindo todos os trabalhos necessários, movimentos de terras, levantamento e reposição de pavimentos provisórios, e demais pormenores e trabalhos acessórios de ligação à rede de acordo com o desenho técnico AdAM_AA_06, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02:			
CC.01.6.1	DN 63 mm		UN	8
CC.01.6.2	DN 75 mm		UN	5
CC.01.6.3	DN 90 mm		UN	2
CC.01.6.4	DN 110 mm		UN	2
CC.01.6.5	DN 125 mm		UN	5
CC.01.6.6	DN 140 mm		UN	1
CC.01.6.7	DN 160 mm		UN	5
CC.01.6.8	DN 200 mm		UN	1
CC.01.7	CONTADORES - Instalação de contador, selagem, incluindo o levantamento do equipamento na ADAM, colocação de acessórios, registo da leitura e do selo e número de contador e associação ao local de instalação, no próprio dia a informação terá que ser enviada para a ADAM, de acordo com o desenho técnico AdAM_AA_07:		UN	2
CC.02	<b>RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS</b>			



Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.02.1	Execução de ramal de ligação até 6,00 m de extensão, incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia, conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, fornecimento e colocação de tubagem em Polipropileno Copolímero (PP) do tipo estruturado, com abocordo integral e perpendicular relativamente ao tubo e juntas de estanquidade integrada em EPDM, de parede dupla, sendo a interior lisa e a exterior corrugada, de rigidez anelar SN8, cumprindo a norma EN-13476 e certificado de produto reconhecido no território nacional, forquilha do mesmo material na ligação ao coletor ou ligação a câmara de visita com execução de queda guiada se necessário, incluindo caixa de ramal em Polipropileno Copolímero (PP) do tipo estruturado, tampa metálica em ferro fundido dúctil quadrada, antirroubo e respetivo aro em ferro fundido dúctil, D=500x500 mm, da classe D400 NP EN 124 maciços de amarração, e tubagem em PVC PN10 para ligação da rede predial (comprimento médio de 1,50 m entre a caixa e a fundação do muro limite de propriedade) e todos os trabalhos complementares:			
CC.02.1.1	DN 125 mm		UN	2
CC.02.1.2	DN 160 mm		UN	90
CC.02.1.3	DN 200 mm		UN	10
CC.02.1.4	ramais DN 125 mm com L> 6 MTS extra por metro a mais de vala A SOMAR AO ANTERIOR		UN	5
CC.02.1.5	ramais DN 160 mm com L> 6 MTS extra por metro a mais de vala A SOMAR AO ANTERIOR		UN	50
CC.02.1.6	ramais DN 200 mm com L> 6 MTS extra por metro a mais de vala A SOMAR AO ANTERIOR		UN	10
CC.02.2	REDE ( extensão até 100 ml): Fornecimento e assentamento de tubagem em polipropileno do tipo estruturado, de parede dupla, sendo a interior lisa e a exterior corrugada, de rigidez anelar SN8, com abocordo integral e perpendicular relativamente à tubagem e juntas de estanquidade integrada em EPDM, cumprindo a norma europeia EN 13476 e certificado de produto reconhecido no território nacional, incluindo acessórios e todos os trabalhos complementares, e ligação à ligação à rede pública existente através de queda guiada ou ao coletor existente (acessórios de transição), de acordo com o desenho técnico AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, e incluindo abertura e aterro de vala e reposição do pavimento provisório no próprio dia, conforme o previsto nos desenhos técnicos AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02, no diâmetro:			
CC.02.2.1	DN 160 mm		m	100
CC.02.2.2	DN 200 mm		m	100
CC.02.2.3	DN 250 mm		m	20

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.02.3	CAIXAS DE VISITA: Fornecimento, assentamento e execução de câmara de visita em manilhas pré-fabricadas de betão, diâmetro interior 1,00 m, com profundidade até 2,20 m selagem das manilhas com argamassa do tipo Sikatop 121 superfície ou equivalente, com base soleira em betão C25/C30 pré-fabricada tipo "Premafre" ou equivalente, soleira com pintura epóxi, para tubagem DN 200, com o número de entradas adequadas ao traçado, incluindo o fornecimento e colocação de curvas, uniões deslizantes, tampões nas entradas não utilizadas, cobertura troncocónica assimétrica e tampa em ferro fundido dúctil Ø600 mm e aro de 100mm de altura, classe D400, articulada ao aro, tipo 'mod. REXEL da Pont-a-Mousson' ou equivalente, com inscrição "ADAM" e "Residual", incluindo escavação, entivação, baldeação, aterro e transporte dos produtos sobantes a vazadouro e todos os trabalhos e materiais necessários de acordo com o desenho técnico AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02		UN	3
<b>CC.03</b>	<b>OUTROS TRABALHOS</b>			
CC.03.1	Execução de murete para instalação de caixa de contador, de acordo com o desenho técnico AdAM_AA_08.		UN	2
CC.03.2	Fornecimento e aplicação de caixa de ramal domiciliário, incluindo levantamento e reposição de pavimento, escavação, aterro em camada de base de granulometria extensa e todos os trabalhos complementares, em Polipropileno de diâmetro 400 mm com três entradas e uma saída e extensão em tubagem de diâmetro 400 mm em PP, de acordo com o desenho técnico AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02.		UN	8
CC.0	Fornecimento e aplicação de caixa de ramal domiciliário de dissipação de energia, incluindo levantamento e reposição de pavimento, escavação, aterro em camada de base de granulometria extensa e todos os trabalhos complementares, em elementos pré fabricados de betão de 500 mm, de acordo com o desenho técnico AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02.		UN	5
CC.03.3	Fornecimento e assentamento de tampa metálica em ferro fundido dúctil quadrada, antirroubo e respetivo aro em ferro fundido dúctil, D=500x500 mm, da classe D400 NP EN 124, com a identificação da empresa "Águas do Alto Minho, SA" e da infraestrutura "Águas Residuais", de acordo com o desenho técnico AdAM_AR_01, AdAM_AG_01 e AdAM_AG_02.		UN	10
<b>CC.04</b>	<b>REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS DEFINITIVOS</b>			
CC.04.1	Fornecimento e colocação de betão betuminoso a quente em camada de desgaste do incluindo fresagem , espalhadora, utilizando inertes, compactação e pavimentação de acordo com AC 14 surf ligante (BB) – 6 a 8 cm (dependendo do piso existente)		m2	100

Código	Designação	Descrição	Unidade	Qtd
CC.04.2	Fornecimento e colocação de betão betuminoso a quente em camada de desgaste do incluindo fresagem , espalhadora, utilizando inertes, compactação e pavimentação de acordo com as exigências das Infraestruturas de Portugal com as seguintes camadas :AC 32 base ligante (MB) – 10 cm, AC 20 bin ligante (MB) – 7 cm, AC 14 surf ligante (BB) – 5 cm		m2	50
CC.04.3	Fornecimento e aplicação de camada de base em agregado britado de granulometria extensa estabilizado com cimento (5%) com uma espessura de 20 cm compactado em duas camadas, sob camada de assentamento em areia com 5 cm de espessura.		m2	50
CC.04.4	Fornecimento e aplicação de calçada incluindo o fornecimento e aplicação da camada de areia (15 cm), e o transporte dos materiais e remoção para estaleiro licenciado para o efeito		m2	50
CC.04.5	Fornecimento e aplicação de de cubos e paralelepípedos de granito incluindo o fornecimento e aplicação da camada de areia (15 cm), e o transporte dos materiais e remoção para estaleiro licenciado para o efeito		m2	150
CC.04.6	Fornecimento e aplicação de lagedo em granito com 10 cm de espessura, incluindo camada de betão de regularização, incluindo o seu transporte do estaleiro até obra.		m2	5
CC.04.7	Fornecimento e aplicação de microcubo com espessura de 5 cm de espessura, incluindo camada de betão de regularização, incluindo o seu transporte do estaleiro até obra.		m2	20
CC.04.8	Fornecimento e aplicação de betonilha esquartelada		m2	10